



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 16, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº22, de 2016, do Senador Ricardo Ferraço, que Altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Roberto Requião

RELATOR ADHOC: Senador Flexa Ribeiro

03 de Abril de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2016, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito.*



SF/18854.45252-21

RELATOR: Senador **ROBERTO REQUIÃO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2016, de autoria do Senador RICARDO FERRAÇO, que altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito.

O art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito dos estados, Distrito Federal e municípios, estipula um prazo para contratação de operação de crédito de, no mínimo, 90 dias e, no máximo, 540 dias, a ser definido em função de sua natureza, interna ou externa. As resoluções autorizativas aprovadas estabelecem, usualmente, prazos de 270 e 540 dias, respectivamente para operações internas e externas, contados a partir da vigência da resolução.

Nesse contexto, o art. 1º da proposta acrescenta § 3º ao art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar a prática de prorrogar o prazo fixado em resoluções autorizativas de abertura de operação de crédito dos entes subnacionais.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência, a partir da data de sua publicação.

Na justificação da proposição, o autor informa que “o Senado Federal tem, nos últimos anos, aprovado diversas resoluções prorrogando o

prazo para exercício da autorização. Podemos aqui citar as Resoluções nºs 9 e 71, de 2012, e as Resoluções nºs 1, 2 e 3, de 2016”. Isso tem levado a um processo de endividamento dos estados e municípios pouco recomendável do ponto de vista da responsabilidade fiscal.

Em face dessa prática, o autor entende que “o prazo máximo estipulado na Resolução nº 43, de 2001, pressupõe que as condições econômicas e fiscais do ente não teriam mudado substancialmente, de forma a invalidar as condições de contratação da operação de crédito. Ao relaxar esse prazo, estamos viabilizando operações de crédito sem o menor critério técnico”.

O projeto foi apresentado e encaminhado a esta Comissão em 13 de abril de 2016, e a mim distribuído, em 6 de fevereiro deste ano, para relatá-lo.

II – ANÁLISE

O Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2016, não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental. É competência privativa do Senado Federal *dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal*, conforme o art. 52, VII, da Constituição Federal.

A matéria encontra-se regulamentada pela Resolução nº 43, de 2001, que *dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantia, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências*.

O art. 28 dessa Resolução estabelece que são sujeitas à autorização específica do Senado Federal as operações de crédito externo, dentre outras modalidades de operações. Por sua vez, o seu art. 44 normatiza essas resoluções autorizativas, que devem conter informações sobre o valor, objetivo, condições financeiras e prazo para o exercício da autorização.

O prazo estabelecido, no caso das operações de crédito externo, é de, no mínimo, 180 dias e, no máximo, 540 dias. As resoluções autorizativas aprovadas estabelecem, usualmente, um prazo de 540 dias, contados a partir da vigência da resolução. No entanto, como já informado, o Senado Federal tem aprovado resoluções prorrogando ou reabrindo esse prazo, para viabilizar a contratação de operação de crédito por estados e municípios.

A prorrogação dessas resoluções autorizativas pode ser questionada por dois aspectos. Primeiramente, a fixação de um prazo máximo para a

contratação da operação de crédito pressupõe o entendimento de que situação econômica e fiscal se mantém inalterada nesse período, de forma a não invalidar as condições de contratação da operação de crédito. Uma extensão desse prazo máximo ensejaria a possibilidade de o ente, por exemplo, ter mudado sua situação financeira.

Em segundo lugar, a prorrogação pode ser questionada também por aspectos jurídicos. O art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, estipula o prazo para o exercício das autorizações para contratação de operação de crédito. No entanto, nem essa Resolução nem o Regimento Interno desta Casa preveem os institutos da “prorrogação” ou da “reabertura de prazo” como mecanismos passíveis à ampliação do prazo para o exercício das autorizações concedidas. Por outro lado, não há vedação explícita a tal prorrogação de prazo.

Portanto, há razões sólidas para recomendar a vedação a essa prática de prorrogação do prazo para contratação de operações de crédito. Com isso, a situação econômica e fiscal do ente poderia ser reavaliada, aumentando a eficácia do controle do endividamento dos estados e municípios pelo Senado Federal.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/04/2018 às 10h - 8ª, Ordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ	
GARIBALDI ALVES FILHO		3. ELMANO FÉRRER	
ROSE DE FREITAS		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. VAGO	
FERNANDO BEZERRA COELHO			

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. ÂNGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR		1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. BENEDITO DE LIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. VAGO	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. VAGO	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES

DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 22/2016)

**A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.**

03 de Abril de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos